

XV. A TRADUÇÃO É UM LUGAR ESTRANHO OU PERDIDOS NA TRADUÇÃO?

MARIA AUGUSTA C. MIGUEL

166 0. Introdução

A VERSÃO PORTUGUESA DOS TÍTULOS DE ALGUNS FILMES ESTRANGEIROS, particularmente dos títulos em inglês, é, para mim, um dos grandes mistérios relativamente ao exercício da tradução. Tradução, se assim se pode chamar à conversão de um conjunto de palavras com um sentido numa determinada língua num outro conjunto de palavras, na outra língua, sem que haja qualquer relação semântica entre elas.

Esta inquietação na procura de uma resposta plausível para esta controvérsia vi-a partilhada, há algum tempo atrás, num Artigo de Opinião, intitulado “Perdidos na tradução”, publicado no Jornal *Correio dos Açores*, a 7 de Abril de 2005 e assinado por Daniel de Sá, onde o autor colocava algumas questões semelhantes às que muitas vezes me coloco a mim mesma relativamente à motivação para tais desvios.

O que justificará a falta de reciprocidade entre o título original de um filme e a sua versão em português? Foi a partir desta pergunta e, naturalmente, a partir do título em inglês do filme *Lost in translation*, de Sofia Coppola (EUA, 2003), o qual se veria convertido para português em *O amor é um lugar estranho*, que decidi reflectir sobre alguns dos parâmetros da tradução.

Uma das questões que colocarei incidirá sobre a liberdade do tradutor. Com uma breve revisão das teorias vigentes, procurarei perceber até que ponto a liberdade na tradução, que decorre da interpretação, não estará em alguns casos em confronto com a tradução à letra ou “navegação à vista”, como alguns a designam, e com a fidelidade não só ao sentido mas também à estrutura da língua. Até que ponto é que os títulos, sejam eles de livros, de filmes ou outros, obedecem às doutrinas da tradução? Constitui uma segunda questão para a qual um tema afluído por Eco (2005) que consiste num tipo de tradução designada *intersemiótica*, poderá trazer uma resposta. Por fim, esboçarei, em linhas gerais, o perfil de um tradutor ideal, com base naquilo que, teoricamente, o caracteriza.

1. A competência do tradutor

A competência do tradutor consiste, em primeiro lugar, num elevado grau de bilinguismo¹. O mesmo é dizer que um tradutor terá que dispor de competên-

¹Considera-se que o bilinguismo pode ser classificado em graus (cf. Mackey (1968) ou Shannon (1971)).

cias linguísticas nas duas línguas ao nível da compreensão e da escrita, visto que o domínio das duas línguas, daquela em que o texto está escrito e naquela para a qual o vai verter, é crucial para o seu desempenho.

XV

Mas a competência bilingue, por si só, não é garantia de um bom tradutor. Para além de um perfeito domínio das questões gramaticais e de uma riqueza de vocabulário nos distintos registos linguísticos em ambas as línguas, o tradutor precisa ainda de demonstrar uma boa capacidade de interpretação do texto que pretende traduzir. Para efeitos de tradução, o conhecimento da língua estrangeira passa também por um conhecimento nos planos social e literário dessa língua. Frei diz a esse propósito que «A leitura do tradutor dirige-se, por norma, a um texto escrito por um sujeito oriundo de outra comunidade interpretativa com distintas convenções de escrita e interpretação» (2001: 56), o que o obriga a utilizar estratégias de interpretação e de escrita distintas nas duas línguas e acrescenta que, «Em rigor, o tradutor terá que possuir competências inter-culturais, isto é, conhecimentos que lhe permitem dominar as estratégias interpretativas de duas comunidades literárias» (*ibidem*: 57).

167

Face a este alargamento da competência, define-se então uma competência tradutiva, a qual ultrapassa largamente o bilinguismo. Na perspectiva da autora supracitada, a competência tradutiva é determinada por um conjunto de sub-competências que se vêm juntar à competência linguística das duas línguas, as quais abrangem as competências comunicativa, estilística, etc., capacidades que não decorrem naturalmente do bilinguismo.

Resumidamente, poder-se-á dizer que a competência tradutiva é uma forma especializada da competência comunicativa que incorpora, entre outros, os factores seguintes:

- a) O bilinguismo propriamente dito; isto é, um conhecimento aprofundado das duas línguas;
- b) Um bom conhecimento da temática em análise;
- c) A ética do tradutor, que remete para a sua honestidade, ou seja, o seu compromisso de fidelidade e de veracidade para com os textos.

Não sendo esta competência interiorizada, quer dizer, não sendo automática como a competência linguística, para desenvolvê-la é necessário não só prosseguir um constante aperfeiçoamento do bilinguismo como também fazer aprendizagens específicas, de forma a atingir um grau de conhecimentos que conduzam à obtenção de uma competência tradutiva. Desde logo, será a experiência do tradutor e o seu reconhecimento público, aquilo que melhor definirá esse tipo de competência.

2. Tradução — equivalência

As teorias são relativamente unânimes ao definirem a tradução como sendo um mecanismo para fazer equivaler um texto a outro. No entanto, este efeito

pode ser conseguido no âmbito de uma só língua, tanto em momentos históricos diferentes como num dado momento dessa própria língua, ao ponto de podermos converter os nossos textos noutros textos. Schleiermacher refere que «até os nossos próprios discursos somos por vezes obrigados a traduzir, se — passado algum tempo — deles nos queremos reapropriar convenientemente» (2003: 25).

168

A tradução intralinguística ou reformulação é um dos modelos de tradução que já vemos identificado em Jakobson (1960). Mas esta forma de traduzir não é certamente a mais comum nem aquela que consideramos verdadeiramente como sendo uma tradução. Regra geral, a tradução é entendida como sendo um processo interlinguístico. Neste processo, faz-se equivaler um texto numa dada língua a um outro texto que lhe corresponda, na outra língua.

Segundo Nida (2000) podem-se considerar dois tipos de equivalência: a equivalência formal e a equivalência dinâmica. A equivalência formal resulta da tentativa de encontrar correspondentes directos na língua de chegada, enquanto que na equivalência dinâmica, o objectivo é o de obter nos receptores um efeito equivalente àquele que o texto produz no receptor do texto de partida (para uma explicação mais alargada, cf. LOPES, 2001: 104). Partindo deste pressuposto teórico, vejamos mais de perto o que caracteriza esta subdivisão.

2.1. Equivalência formal — transcrição

Eco (2005) é de opinião que a tradução directa ou transcrição é basicamente uma tarefa mecânica, o que permite que qualquer pessoa a possa executar desde que possua um conhecimento razoável das duas línguas. Em última análise, esta pode ser realizada até mesmo por um computador, como se pode ler, nas suas próprias palavras, «A transcrição obedece a uma rigorosa codificação, e portanto pode ser efectuada até por uma máquina.» (*ibidem*: 245). Aliás, terá sido com base no pressuposto de que as línguas se podem sobrepor que foi concebida a difícil empresa da tradução automática. Neste tipo de tradução, faz-se corresponder termo a termo, o que nem sempre dá bons resultados. Primeiro, porque a sinonímia pura e simples não existe (pese embora os êxitos dos dicionários bilingues electrónicos ou outros) e, segundo, porque as múltiplas culturas ao cimo da Terra não vêem o Mundo da mesma maneira, interpretando a mesma realidade de forma diferente.

Como é sabido, as línguas reflectem claramente essa diferente representação da realidade; basta observarmos as diferentes maneiras como os campos semânticos se organizam nas diversas línguas. Para dar apenas um par de exemplos, refira-se que a Língua Portuguesa distingue entre um *primo* (homem) e uma *prima* (mulher), enquanto que em Inglês, a palavra *cousin* se aplica para os dois sexos. Mesmo assim, o Português não permite distinguir se o primo é parente pelo lado do pai ou se o é pelo lado da mãe. Nos verbos, encontramos uma situação inversa; o correspondente português a *to do* e a *to make* é ape-

XV

nas *fazer*; mas, em contrapartida, a Língua Inglesa não possui dois verbos que correspondam a *ser* e a *estar*² e assim por diante.

De acrescentar ainda que cada língua faz uso de metáforas e de expressões que, traduzidas à letra, dão resultados no mínimo bizarros. Imagine-se a transliteração de expressões como, por exemplo, “dizer cobras e lagartos” ou “um bicho – de – sete – cabeças” numa outra língua qualquer. Seria certamente hilariante.

XV

169

Na transcrição palavra por palavra, pretende-se obter uma equivalência absoluta entre um texto e outro texto. Quer isto dizer que se faz uma cópia ou uma pintura de segunda categoria³. Por isso, Eco (*ibidem*) clama que o tradutor não pode ser um copista. O tradutor, ao contrário da máquina, tem que procurar uma equivalência dinâmica; quer isto dizer que o seu objectivo principal terá que ser o de produzir nos receptores um efeito equivalente àquele que o texto produz no receptor do texto de partida.

2.2. Equivalência dinâmica — interpretação

Se encararmos a tradução como sendo um processo de transcodificação, procura-se com este acto um efeito equivalente com outras palavras e não uma réplica do texto de partida. Neste modelo, a tradução é mais propriamente de natureza comunicativa, podendo a tradução literal ser considerada uma tradução semântica. Aqui, o tradutor assume o papel de leitor e funciona como um mediador entre o autor e um público. O seu objectivo na tradução é o de obter uma reciprocidade entre o texto de partida e o texto de chegada. Nesta medida, o acto de tradução é um acto criativo, comunicativo e não meramente uma cópia, na outra língua, daquilo que estava escrito na primeira.

Teoricamente, a actividade do tradutor é orientada por uma compreensão do sistema interno das línguas e pela capacidade de construir um texto aceitável na língua de chegada que possa equivaler ao texto-fonte e que possa despertar no leitor as emoções do primeiro. O acto tradutivo deverá consistir numa interpretação de tal forma bem conseguida que o leitor não possa encontrar na tradução discrepâncias nem formais nem semânticas relativamente ao texto-fonte, sob pena de se considerar que a tradução foi mal conduzida.

É claro que isto nem sempre se obtém, como é facilmente demonstrável. Para ilustrá-lo, irei fazer referência a alguns aspectos da tradução do livro de Javier

² Não pretendo assumir a hipótese whorfiana nem dizer que os povos das línguas mencionadas estão limitados na sua visão do mundo pelas respectivas línguas.

³ Lopes afirma o seguinte: «A concepção da tradução como avesso de uma tapeçaria e como pintura de segunda categoria, ou cópia, emana da impossibilidade ontológica de reproduzir duas vezes, em termos de equivalência absoluta, o mesmo acto, ou texto.» (2001: 72).

Marias, *O teu rosto amanhã* (2005), no qual a transcrição tanto da estrutura sintáctica como da semântica do Espanhol são bem evidentes.

No que concerne à estrutura sintáctica, verifica-se que esta não foi devidamente “digerida” pelo tradutor da obra, deixando à vista uma característica comum no Castelhana mas não no Português, que é a “interrogativa de eco”⁴ com um simples **não** ou com um “**que sei eu**”, como nos exemplos que se seguem:

170

- (1) «[...] ou talvez isso seja só porque soa um pouco como “tundra”, não?» (*ibidem*: 36)
- (2) «[...] certamente espanhol de origem, não?» (*ibidem*)
- (3) «[...] em Espanha teria que ter renunciado, não?» (*ibidem*)
- (4) «Mas o que vem a ser isto, endoideceste, porque é que me queres matar, não?» (*ibidem*: 175)
- (5) «Pareciam mais próprias de um narcotraficante ou de um rancheiro na cidade, que sei eu.» (*ibidem*: 205)

XV

Esta interrogativa com a partícula **não** no final da frase é frequentíssima em Espanhol, o que não acontece no Português. E, embora não se possa aqui apurar um erro sintáctico, visto que a Língua Portuguesa também permite esta estrutura, a transcrição pura e simples empobrece significativamente a obra. Em Português, dificilmente alguém usaria três vezes uma estrutura deste tipo numa só página. Em contrapartida, encara-se com naturalidade o uso e abuso da mesma em Espanhol.

Estes exemplos demonstram que a transposição não foi a melhor opção para converter o texto para a Língua Portuguesa. É preciso mais sensibilidade para um uso ajustado das diversas estruturas linguísticas.

No que concerne à semântica, registam-se também nesta tradução opções literais decalcadas do Espanhol que estão deslocadas lexicalmente, como as que vão sublinhadas nos exemplo seguintes:

- «Não, eu nunca deveria contar nada, nem nunca tão-pouco ouvir nada.» (*ibidem*: 24)
- «Era um homem inteligente e culto, nenhum pateta, e bastante precoce, embora sem dúvida um optimista impenitente, confiado em princípio em toda a gente.» (*ibidem*: 161-2)
- «Em crianças e adolescentes tinham-nos contado a história aos meus irmãos e a mim, mas somente o seu esqueleto, o mínimo, como se ele e a minha mãe não quisessem inteirar-nos ainda muito do que aguarda todos em maior ou menor medida [...]» (*ibidem*: 163-4)
- «Claro que esses indivíduos não quereriam tão-pouco o contrário, valha-me o céu, são de uma grande insegurança.» (*ibidem*: 179)

⁴ Note-se que, em Inglês, a “tag question” é construída com o verbo auxiliar como, por exemplo, na frase seguinte, “She scarcely seems to care, does she?” Quirk e Greenbaum (1973: 187)

«[...] puxou de um cigarro que pendurou nos ameaçadores lábios (pareciam sempre prestes a ir absorver), de momento não o acendeu, eu tão-pouco me atrevi com o meu.» (*ibidem*: 200)

XV

Este decalque semântico do texto de partida constitui uma grande pecha na tradução da obra. Um português não diria assim e também não escreveria assim. A tradução revela, por isso, uma enorme falta de sensibilidade do tradutor em relação à Língua Portuguesa. Ao optar por fazer uma transposição directa do Espanhol para o Português, o tradutor distancia-se do objectivo primeiro da tradução que é o de fazer com que o leitor não sinta que está perante uma tradução.

171

Apesar das semelhanças entre as duas línguas, há entre elas diferenças que não são facilmente ultrapassáveis. Como já referi, numa equivalência dinâmica aborda-se o texto de forma activa; este deve ser interpretado e transformado de forma a que a tradução seja imperceptível, sem que por isso se perca de vista o rigor da tradução. Para atingir esse objectivo, o tradutor deve compreender as duas realidades linguísticas e usar todas as estratégias de tradução ao seu alcance.

2.2.1. Os actos de fala

As palavras assumem significados diferentes consoante o uso que delas fazemos. Alice, no País das Maravilhas (CARROLL, 1991), afirmava que as palavras obtinham o significado que ela lhes quisesse dar. A complexidade da língua humana comprova-se em cada enunciado, quando o valor semântico de cada palavra não corresponde àquilo que é transportado para o acto comunicativo. Quando dizemos *Está ótimo!* nem sempre pretendemos produzir o superlativo de *bom*. Basta, para isso, que estejamos a ironizar.

Sendo as frases usadas para produzir efeitos no receptor, em cada proposição há uma força ilocutória que vai além do nível semântico. Uma promessa pode vir declarada com o verbo *prometer*, como na frase «Eu prometo vir amanhã.», ou pura e simplesmente implícita na frase «Vou amanhã.», se esta representar um compromisso. Em contrapartida, a frase «São duas da manhã» pode não ser uma informação, mas sim um aviso de que está a ficar tarde.

A força ilocutória do acto de fala está presente tanto ao nível oral como ao nível da escrita. Ao transpor este pressuposto para a análise textual, Lopes refere que «aos níveis proposicional e ilocutório do acto de fala correspondem respectivamente um nível semântico e um nível pragmático» (2001: 3).

A interpretação dos actos de fala, explícitos ou implícitos num texto devem ser levados em linha de conta pelo tradutor, a quem cabe decidir que efeito se pretende produzir com uma determinada frase, num determinado contexto. Portanto, será necessário que o tradutor tenha a capacidade de interpretar diversos papéis em diversas situações, numa outra sociedade e que tenha a capacidade de interpretar, entre outras características da linguagem, termos de

referência⁵, implicações e pressuposições⁶. A tradução assenta no conhecimento do mundo e na forma como a linguagem o reflecte.

Com estes argumentos, encontrámos razões adicionais, a somar às já identificadas, para considerar a transliteração como sendo um tipo de tradução “menor” e podemos, ao mesmo tempo, compreender as dificuldades que comporta a mecanização do exercício da tradução.

172

2.3. Tradução intersemiótica

XV

Partindo do princípio de que a tradução é uma interpretação, teoricamente, o resultado de uma interpretação pode ser uma conversão intersemiótica, isto é, pode passar-se de um sistema para outro sistema como seja passarmos de um plano linguístico para um plano não-linguístico. Imagine-se uma pintura feita a partir de um poema. Trata-se necessariamente de uma interpretação. Mas poderemos chamar a isto uma tradução? Já nas reflexões de Jakobson (1959) acerca da tradução se vê comentado este tipo de problema — a transposição (tradução). Mais recentemente, Eco (2005) retoma as ideias de Jakobson e fala-nos mais pormenorizadamente sobre a interpretação intersemiótica em vários planos, como sejam a realização de um filme a partir de um romance, um bailado a partir de um poema, etc. Para este autor, a tradução é um tipo de interpretação entre os vários tipos de interpretação possíveis. Segundo ele, a interpretação interlinguística ou tradução entre línguas naturais é apenas uma entre as tipologias da tradução (*ibidem*: 244-6).

Com este postulado, podemos conceber uma tradução mesmo quando não exista qualquer relação semântica entre os textos. Assim sendo, a versão portuguesa dos títulos de alguns filmes estrangeiros encaixa perfeitamente nesta teoria. Linguisticamente falando, por mais esforçados que sejamos na tradução que fizermos no âmbito dos modelos interlinguísticos, “*Lost in translation*” nunca poderia dar qualquer coisa como “*O amor é um lugar perfeito*”. Por isso, a explicação para este desencontro terá que se situar obrigatoriamente num plano não-linguístico.

Aparentemente, os nomes que os filmes recebem em Português resultam da interpretação dos próprios filmes e não da tradução da versão original dos títulos. Presume-se que a leitura que o tradutor faz do filme é a razão do novo título que este lhe atribui. Se assim for, teoricamente estamos perante uma tradução do tipo intersemiótico. Como esta tradução não se faz a partir de um

⁵ «[...] formas ou expressões que permitem designar entidades de um mundo real ou de um mundo possível» (LOPES, 2001: 17)

⁶ A pressuposição é definida como sendo uma relação entre frases, segundo a qual a verdade da segunda é necessariamente consequência da verdade da primeira. Por exemplo, a frase «Toma mais café?» pressupõe que já se tomou café. (cf. AUSTIN, 1962)

texto para outro texto, mas sim de um campo visual para uma forma escrita, a tradução é claramente intersemiótica. Embora estes casos não constituam a regra geral daquilo a que convencionalmente chamamos tradução, pela via intersemiótica podemos ainda continuar a falar de tradução.

XV

Mesmo assim, não se percebe a razão para tal desiderato. Linguisticamente, nada obsta a que “lost in translation” se traduza por “perdidos na tradução”. Porquê, então, um desvio desta natureza? Para responder a esta questão, é preciso considerar que na tradução pode intervir um processo negocial que vai muito para além dos problemas suscitados pelas próprias línguas. O tradutor tem que ter em atenção os interesses comerciais da empresa, a qual pode fazer-lhe algumas exigências. Nesse caso, haverá necessidade de negociar. Do ponto de vista comercial, o título resultante da tradução directa em Português pode ter sido considerado, por exemplo, pouco vendável e esse factor pode ter levado a que se tenha enveredado pelo caminho intersemiótico, o que não implica uma quebra de compromisso, por parte do tradutor, com a fidelidade na tradução.

173

3. Fidelidade vs. manipulação da língua

Uma das características que definem o perfil do tradutor situa-se a nível da ética profissional. A fidelidade ao texto poder-se-á situar nesse plano. Os parâmetros de decisão do tradutor não podem nunca desviá-lo do seu compromisso de fidelidade para com o texto de partida. Ao manipular a língua, o tradutor não poderá perder de vista a fidelidade ao texto.

Apenas a título de exemplo, lembrava aqui a inserção do advérbio “**não**” na trama da *História do cerco de Lisboa*, de José Saramago onde, a páginas tantas, se pode ler, «com a mão firme segura a esferográfica e acrescenta uma palavra à página, uma palavra que o historiador não escreveu, que em nome da verdade histórica não poderia ter escrito nunca, a palavra Não [...]» (1989: 50). Esta pequena palavra, que foi introduzida na história não por um tradutor mas pela tentação de um revisor, teria mudado radicalmente a intenção do autor metadieético e a verdade histórica dos factos, caso não tivesse sido detectada pela editora.

O que esta história mostra é como uma pequena alteração pode atraiçoar todo o texto. No exemplo supracitado, trata-se de uma pequena palavrinha que faz toda a diferença, mas o mesmo pode resultar da inserção ou da supressão de uma simples vírgula que, por si só, pode mudar por completo o sentido da frase e consequentemente o sentido do próprio texto. Não basta, portanto, a intenção de fidelidade ao texto. Qualquer deslize gramatical, mesmo que cometido involuntariamente, pode deitar a perder uma tradução.

4. A tradução perfeita

Descodificar não implica que se traduzam os signos. Basta que se interpretem os conceitos que estes veiculam. Nesta medida, traduzir é um acto dinâmico,

uma vez que cada interpretação é um acto próprio, individual e único. Duas traduções feitas por um único indivíduo dificilmente são iguais.

Transposto para o plano linguístico, este problema encontra eco na dicotomia saussuriana língua/fala. Saussure, para se referir a estes dois aspectos da linguagem, compara a língua a uma sinfonia «cuja realidade é independente da forma como a executam» (1978: 47). Algo de semelhante se pode dizer quanto à tradução. Cada tradutor fará a sua leitura, a sua própria tradução, a qual se distinguirá da tradução feita por outra pessoa e se distinguirá também das várias traduções feitas pelo próprio em tempos diferentes.

Perante este cenário, facilmente se pode concluir que a tradução perfeita não existe. O que se pode eventualmente propor é uma escala de valor, que vai do muito bom ao mau, conforme a impressão que ela nos cause.

Mas, mesmo quando todos os esforços de teorização não permitam desenhar o perfil de um bom tradutor, fica claro, com o que foi anteriormente referido, que todo o tradutor necessita de uma boa competência tradutiva. Assim sendo, mesmo quando traduzir seja muito mais do que uma actividade linguística, um patamar de conhecimento linguístico é indispensável à estruturação de qualquer um texto.

Voltando ainda à metáfora saussuriana da música, pode dizer-se que, tal como um bom intérprete musical terá que possuir uma boa formação neste campo e um bom conhecimento da pauta que interpreta, assim um bom tradutor terá que ter um sólido conhecimento científico das línguas que pretende traduzir e das culturas dos povos que as falam para poder ser tão rigoroso quanto possível nos conceitos expressos na língua de partida e ser tão rigoroso quanto possível na versão que deles faz na língua de chegada. E, se a tradução do título de um filme permite veleidades artísticas, num texto histórico ou jurídico esse procedimento poderia ser fatal e irreversível.

BIBLIOGRAFIA

AUSTIN, John Langshaw (1962) — *How to Do Things with Words*. Oxford: Clarendon Press.

BROWER, Reuben, ed. (1959) — *On Translation*. Cambridge: Harvard University Press.

CARROLL, Lewis (1991) — *Alice no País das Maravilhas*. Lisboa: Editorial Verbo.

ECO, Umberto (2005) — *Dizer Quase a Mesma Coisa sobre a Tradução*. Lisboa: Diefel.

FISHMAN, Joshua (1968) — *Readings in the Sociology of Language*. The Hague: Mouton Publishers.

FREI, Charlotte (2001) — *A Tradução Literária: Teoria e Prática de uma Poética Não-Normativa*. Dissertação de doutoramento. Braga: Universidade do Minho.

- JAKOBSON, Roman (1959) — «Linguistic aspects on translation», in BROWER (1959).
- LOPES, Dalila (2001) — *Retoma Pronominal em Tradução Alemão-Português*. Dissertação de doutoramento. Braga: Universidade do Minho.
- Lost in Translation*, filme de Sofia Coppola, EUA, 2003.
- MACKEY, William Francis (1968) — «The description of bilingualism», in FISHMAN (1968).
- MARIAS, Javier (2005) — *O Teu Rosto Amanhã*. Lisboa: Publicações Dom Quixote.
- NIDA, Eugene A. (1964) — *Towards a Science of Translation*. Leiden: Brill.
- ____ (2000) — «Principles of correspondence», in VENUTI (2000: 126-40).
- QUIRK, Randolph & GREENBAUM, Sidney (1973) — *A University Grammar of English*. England: Longman.
- SÁ, Daniel de (2005) — «Perdidos na tradução», *Opinião, Correio dos Açores*, 7 de Abril, 9.
- SARAMAGO, José (1989) — *História do Cerco de Lisboa*. Lisboa: Caminho.
- SAUSSURE, Ferdinand (1978) — *Curso de Linguística Geral*. Lisboa: Publicações Dom Quixote.
- SCHLEIERMACHER, Friedrich (2003) — *Sobre os Diferentes Métodos de Traduzir*. Porto: Porto Editora.
- SEARLE, John (1969) — *Speech Acts*. Cambridge: University Press.
- SHANNON, Claude (1971) — *The Mathematical Theory of Communication*. Urbana: University of Illinois Press.
- VENUTI, Lawrence, ed. (2000) — *The Translation Studies Reader*. London: Routledge.